



Companhia Docas do Rio de Janeiro

Demonstrações Financeiras
Intermediárias com Relatório dos
Auditores Independentes

30 de setembro de 2019

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes

Balanco Patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

Demonstração de Fluxo de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES
CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

Aos
Administradores e Acionistas da
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
Rio de Janeiro - RJ

Revisamos o balanço patrimonial da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ ("Companhia"), em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Divulgação das Demonstrações do resultado e do resultado abrangente

A Companhia está apresentando a demonstração do resultado apenas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, não divulgando a mesma demonstração para o período de três meses findo naquela data. A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada nessas informações contábeis intermediárias. Sendo assim, a divulgação dessas

demonstrações não está em conformidade com as práticas contábeis, como determina o CPC 21 (R1).

Divulgação da demonstração do fluxo de caixa

A segregação dos saldos divulgados como atividades operacionais, de investimento e de financiamento apresentados pela companhia na demonstração do fluxo de caixa não foram devidamente classificados conforme determina o CPC 03.

Contas a receber de partes relacionadas

De acordo com nota explicativa 8, a Companhia possui um saldo de partes relacionadas no contas a receber – ativo não circulante de R\$ 293.215 mil, que corresponde à devolução dos recursos aportados e integralizados na Companhia pelo acionista controlador para a construção do Pier Y e reforço do Cais da Gamboa em 2012 e 2013. Nos anos de 2014 e 2015, a Companhia decidiu pela descontinuação das obras em função de processos ambientais embargando as mesmas. Sendo assim, o acionista controlador requisitou a devolução dos recursos, que deveriam ser registrados como redução de capital social no patrimônio líquido. Consequentemente, o ativo e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$ 293.215 mil.

Ativo de propriedade para investimento

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia reconhece o saldo de R\$ 4.792 mil no ativo não circulante, em propriedade para investimento, pelo custo de aquisição. No entanto, a Companhia não divulga em notas explicativas o valor justo e suas respectivas premissas conforme estabelece o CPC 28 – Propriedade para investimento.

Além disso, a Companhia possui o saldo de R\$ 19.260 mil registrados como ativo imobilizado e no entanto correspondem a ativos de propriedade para investimento. Assim, os valores não estão classificados em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

Ativo imobilizado

A Companhia tem registrado em seu ativo imobilizado o valor líquido de depreciação correspondente a R\$ 95.977 mil oriundos de correções monetárias estabelecidas em Decreto Lei 8.200/91 (revogado). No entanto, os respectivos valores deveriam ter sido atribuídos ao custo de aquisição do ativo imobilizado quando feita a adoção inicial da Lei 11.638/07. Assim, os referidos saldos não estão classificados em conformidade de acordo com as práticas contábeis vigentes.

Revisão da vida útil

A Companhia não efetuou para a data base de 30 de setembro de 2019 os ajustes referentes à revisão da vida útil do ativo imobilizado, baseado em laudo técnico, conforme estabelecido no CPC 27. Sendo assim o valor depreciado do ativo imobilizado está em desacordo com o estabelecido no CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Cálculo atuarial e valores a pagar – PORTUS

Conforme nota explicativa nº 15, a companhia é patrocinadora de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através dos PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, que em 30 de setembro o montante relativo ao déficit atuarial registrado no passivo não circulante corresponde a R\$ 523.824 mil. No entanto a administração não procedeu a nenhuma avaliação e divulgação relativos aos benefícios concedidos de acordo com as normas contábeis estabelecidas pelo CPC 33(R2).

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis assuntos e assuntos descritos na seção “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos levasse a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Continuidade operacional

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 102.668 mil. Nessa data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 590.144 mil, os prejuízos acumulados totalizavam R\$ 3.564.117 mil e o patrimônio líquido estava negativo em R\$ 1.108.580 mil. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis assuntos e assuntos descritos na seção “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão de períodos anteriores

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 22 de fevereiro de 2019 com opinião com ressalva sobre essas demonstrações financeiras.

As informações contábeis intermediárias da Companhia Docas do Rio de Janeiro S.A. para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 não foram revisadas por nós nem por outros auditores independentes.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2020

Atenciosamente,

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes
CRC-RJ 005.333/O-0



Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador - CRC-SC 024.494/O-1